

J.Freitas



Edson Andrade, Aristóteles Atheniense, Valter Pereira, Paulo Martins e Volnei Garrafa em audiência na Comissão de Justiça

Especialistas apoiam projeto que legaliza ortotanásia no Brasil

A suspensão de tratamentos que usam equipamentos, tecnologias e intervenções médicas excessivas e dolorosas para prolongar a vida de doentes em fase terminal, prevista em projeto de Gerson Camata, recebeu apoio em audiência pública. **8**

Sarney compara números: Senado votou mais em 2009

Levantamento apresentado pelo presidente da Casa mostra que crise institucional não impediu produção legislativa. Aprovação de matérias foi 45% maior no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado

Os senadores aprovaram 327 matérias entre fevereiro e julho de 2009. Em 2008, no mesmo período, foram acolhidas 226. José Sarney disse que os números são "irrespondíveis" e que "não é verdadeira a notícia de paralisa da Casa". Ele destacou a aprovação de projetos como os da reforma eleitoral, da definição do crime de sequestro-relâmpago, da isenção de Imposto de Renda para aposentados com mais de 70 anos e da lei orgânica da Defensoria Pública. "A contribuição do Senado para o povo brasileiro foi muito grande", afirmou. **4 e 5**

Geradny Agêda



Presidente Sarney exibe gráficos em Plenário: número de matérias econômicas aprovadas saltou de 11 para 57 e de matérias jurídicas, de 24 para 29

Acordo com Paraguai combate tráfico de armas

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem memorando de entendimento entre o Brasil e o Paraguai em busca de esforços comuns para combater o tráfico de armas e munições. **6**

Arns vê prejuízos ao consumidor em alteração no Dpvat

As recentes alterações na legislação que trata do seguro obrigatório de veículos, realizadas por meio de medida provisória, foram criticadas ontem pelo senador Flávio Arns, durante audiência pública. **8**

Meirelles quer tornar ganhos dos bancos visíveis para o consumidor

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que participou de audiência conjunta de comissões do Senado e da Câmara, anunciou mudanças na metodologia de cálculo dos *spreads* bancários. O objetivo é tornar claro o quanto os bancos ganham nas operações de empréstimos. **3**

Meirelles (D): transparência vai aumentar a competitividade entre os bancos

José Cruz



Reforma: Alvaro critica rejeição de 63 emendas

A decisão da Câmara de rejeitar 63 das 67 emendas do Senado na reforma eleitoral foi criticada por Alvaro Dias. Mas, para Sarney, a internet livre nas campanhas – emenda do Senado – é grande conquista. **5**

Comissão aprova estímulo para a área de petróleo

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem projeto que inclui a área de petróleo e gás entre as beneficiárias de regime especial de tributação para o desenvolvimento de infraestrutura. **7**

Representante de instituto de ciências criminais também critica restrição ao uso do *habeas corpus* apenas aos casos de prisão ilegal, como determina projeto de CPP



Juliana Belloque e Renato Staziola participam de debate na Comissão de Reforma do Código de Processo Penal

Jurista critica acordo que possa resultar em prisão

O DISPOSITIVO DO projeto de Código de Processo Penal (CPP) que prevê a possibilidade de acordo entre Ministério Público, acusado e defesa, no caso de confissão, para aplicação de penas sem processo investigatório e produção de provas foi criticado ontem pela representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCC), Juliana Garcia Belloque, em audiência pública da Comissão Temporária de Reforma do código.

Juliana Belloque também discordou da restrição do uso de *habeas corpus* a casos apenas em que haja prisão ilegal, como pre-

visto no projeto (PLS 156/09).

Segundo a jurista, o IBCC critica ainda a obrigatoriedade de a vítima ter de ratificar sua intenção de ingressar com ação penal pública, como determina a proposta. Na avaliação de Juliana Belloque, a exigência do retorno à delegacia para relatar novamente o caso e pedir a instauração do processo penal causa maior sofrimento à pessoa, especialmente às vítimas de violência doméstica.

Já o representante do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Renato Staziola Vieira, manifestou preocupação

com a ampliação do prazo de interceptação telefônica proposto para 180 dias ou por prazo indeterminado quando se tratar de crime permanente. Atualmente, informou, tal prazo é de 15 dias, podendo ser renovado por mais 15. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu maior discussão do assunto.

Por sua vez, o relator do projeto, Renato Casagrande (PSB-ES), solicitou aos participantes da audiência que enviem à comissão sugestões de suas entidades para aprimorar o relatório. A audiência foi presidida por Flávio Torres (PDT-CE).

Vivo firma cooperação com CPI da Pedofilia

A empresa de telefonia Vivo assinou na manhã de ontem termo de cooperação com a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para facilitar o acesso das autoridades judiciais e policiais a dados de usuários de serviços da empresa investigados por abusos contra menores. Também firmaram o acordo o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Comitê Gestor da Internet e a Safernet Brasil.

Ao celebrar a adesão da Vivo, o presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), destacou que a assinatura do termo representa mais um passo para coibir o uso da internet por pedófilos.



Magno Malta (E) observa José Carlos Dias, advogado da tele, firmar compromisso

– Esse é um momento histórico. O que estamos realizando hoje terá reflexos em todo o mundo, pois a Vivo é uma empresa de importância no mundo todo – frisou o senador.

Magno Malta disse esperar

que todas as provedoras de internet e prestadoras de serviços de telecomunicações no país assinem o termo de cooperação. O parlamentar informou ter recebido aceno nesse sentido da empresa Claro.

Malta quer caminhoneiros na luta contra exploração

O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, informou que vai propor à Confederação Nacional de Transportes (CNT) que ajude a mobilizar os caminhoneiros do país para uma campanha de combate à pedofilia. Ele lamentou que no Brasil exista o que chamou de “cultura de que caminhoneiro é abusador e de que posto de gasolina é ponto de exploração de meninas”.

– Mas o Brasil tem caminhoneiro do bem. São esses que vão nos ajudar a difundir que abusar de crianças é crime e todos devem denunciar os abusadores – disse.

Malta cumprimentou os proprietários e funcionários da empresa de ônibus Dedo de Deus, de Teresópolis (RJ), que aderiram à campanha contra a pedofilia e pintaram ônibus de preto e colocaram cartazes de advertências, com os números dos telefones do Conselho Tutelar.

O senador informou que esteve nos últimos dias com integrantes da CPI da Pedofilia no Pará e no Maranhão, onde ouviram pessoas denunciadas por esse crime.

Cavalcanti pede incentivo para produtores de leite

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou em Plenário que o Programa do Leite da Paraíba, que reduziu a mortalidade infantil em 20% desde que foi criado, vem enfrentando sérios problemas porque os preços pagos aos produtores estão congelados há seis anos. Segundo ele, cerca de 2 mil produtores já pediram para sair do programa e a distribuição de 120 mil litros diários de leite para famílias carentes já caiu para menos de 80 mil.

Cavalcanti apelou ao ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, para encontrar uma solução juntamente com o governo do estado. Ponderou que o Programa do Leite da Paraíba é um exemplo de sucesso, que beneficia famílias em todos os municípios do estado. Além disso, “uma bem montada aliança” entre os produtores e o governo federal, dentro do Programa Fome Zero, incentivou a produção leiteira da Paraíba, porque o leite era comprado por preços compensadores.

– Hoje, o valor de venda do leite já está abaixo do custo de produção – lamentou.

Claudino propõe isenção de IPI para moto de agentes de saúde

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) anunciou a apresentação de projeto que pode beneficiar os fabricantes de bicicletas e motos e os agentes comunitários do Programa Saúde da Família. Segundo o senador, a medida visa conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre motocicletas e bicicletas e reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente das vendas, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários.

– Além de facilitar o transporte do agente comunitário de saúde, com mais economia, vai também proporcionar uma reativação das atividades produtivas do setor, com a geração de mais postos de trabalho – argumentou.



Claudino pretende incentivar atividade de agente comunitário e indústria

Augusto comemora projetos anunciados pelo governo

Augusto Botelho (PT-RR) relatou visita do presidente Lula e de comitiva de ministros – entre eles a da Casa Civil, Dilma Rousseff – a Boa Vista, na qual foram anunciados projetos para Roraima. Segundo Augusto, na ocasião foram entregues os primeiros títulos de propriedade de terras após a aprovação da medida provisória da regularização fundiária.

O presidente também anunciou ali o asfaltamento da estrada que liga o estado a cidades da Guiana, e assinou protocolo de convênio de preservação do meio ambiente e geração de renda com biocombustível produzido a partir do inajá. O senador informou, ainda, que a Prefeitura de Boa Vista recebeu R\$ 509 milhões do governo federal, a serem aplicados em obras do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa, Minha Vida.



Augusto relata que títulos de terras foram entregues por Lula em Roraima

Serys faz elogios a programa que incentiva preservação do Cerrado

O Projeto São Lourenço Mata Viva foi elogiado por Serys Silhesarenko (PT-MT). Lançado na segunda-feira em Dom Aquino (MT), o programa prevê incentivo financeiro aos proprietários de terras que preservarem o Cerrado do sul do estado.

A senadora ressaltou a importância do projeto para a preservação ambiental da área do rio São Lourenço, observando que até então conhecia apenas programas de pagamento para preservação de florestas fechadas, e não de cerrados.

– Ninguém mantém uma árvore de pé se a sua derrubada for o caminho para alimentar uma família – afirmou a senadora. Ela informou que Gilberto Goellner (DEM-MT) também esteve presente ao ato.

Serys ainda fez um relato de visitas que fez desde meados de julho a municípios de Mato Grosso.



Serys destaca que Projeto São Lourenço prevê pagamento a donos de terras

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão, às 9h, destina-se a pronunciamentos

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Romeu Tuma (PTB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Geack/Vegêb

Neuto de Conto: "Não é justo expropriar famílias na área"

Neuto critica posse a indígena em SC

Neuto de Conto (PMDB-SC) criticou ontem a portaria do Ministério da Justiça que declarou a posse permanente da Terra Indígena Pirai, em Santa Catarina, ao grupo indígena Guarani Mbyá. O senador disse não considerar justa a decisão de expropriar as famílias, já que as terras eram habitadas e produtivas.

De acordo com Neuto de Conto, apesar de o estado ser responsável pela quinta maior produção rural do país, a maioria das propriedades rurais de Santa Catarina é tocada por famílias – cerca de 180 mil, segundo ele.

Oswaldo apoia docentes de MT

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) anunciou da tribuna apoio aos professores das escolas estaduais e municipais de Mato Grosso em suas reivindicações pela promoção profissional, pela garantia do piso salarial de R\$ 950 para a categoria e pela qualidade do ensino.

– O professor é quem faz com que as gerações avancem. Mas, no entanto, ele mesmo fica parado, porque não tem as condições necessárias para avançar.

Oswaldo Sobrinho avalia que, em geral, o país não estimula o professor a ter um bom desempenho em sala de aula, por meio de reciclagem profissional. O senador responsabilizou as universidades brasileiras por não oferecerem cursos de capacitação para esses profissionais.

Quintanilha vai para secretaria no Tocantins

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) licenciou-se ontem do mandato no Senado para assumir o cargo de secretário de Educação do Tocantins. Segundo sua assessoria de imprensa, ele permanece afastado da Casa até março de 2010. Na próxima terça-feira, tomará posse o primeiro suplente, empresário Sadi Cassol.

A presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que era ocupada por Quintanilha, passará ao comando de César Borges (PR-BA), atual vice-presidente do colegiado.

Apoio ao ensino a distância no país

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu, em discurso, aos governos, especialmente ao governo federal, que adotem medidas para "o verdadeiro desenvolvimento" do ensino a distância. O senador disse que, apesar das modernas tecnologias dessa modalidade de ensino, os professores nem sempre estão preparados para o seu uso, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas.

O parlamentar citou o especialista Cláudio de Moura e Castro, para quem um dos problemas do ensino a distância no Brasil se deve ao fato de que esse sistema costuma ficar nas mãos de pessoal de formação técnica e movido por imperativos técnicos. Dessa forma, as soluções, conforme o especialista, acabam sendo uma resposta de engenharia para um problema de educação ou de organização.



Adelmir Santana será o presidente do colegiado

Comissão dos 50 anos de Brasília

Adelmir Santana (DEM-DF) foi eleito ontem presidente da comissão especial de seis senadores destinada a colaborar com o governo do Distrito Federal nas comemorações do cinquentenário de Brasília, a ser celebrado em 21 de abril.

O vice-presidente da comissão é Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e o relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – autor do requerimento de criação do colegiado. Ele argumentou "que a transferência do Senado e das instituições deste e dos demais Poderes do Estado vinculou nossa história aos fatos desta cidade".

Acordo com a Caixa beneficia servidor

Convênio celebrado pelo Senado com a Caixa Econômica Federal garante condições especiais para a concessão de crédito imobiliário a servidores da Casa. O acordo prevê taxa de juros de 8,2% ao ano para as operações do SFH e de 10,5% para empréstimos fora do sistema. O acordo, que também beneficiará aposentados e pensionistas, não trará ônus financeiro para o Senado. As taxas menores serão garantidas aos funcionários que optarem por receber o salário pela Caixa e ali mantiverem cartão de crédito, além de conta corrente e cheque especial.

Presidente do Banco Central: mudança no cálculo da diferença entre a taxa de captação e os juros cobrados nas operações de crédito tornará ganhos dos bancos mais transparentes

Meirelles anuncia nova forma para apuração de spreads

O PRESIDENTE DO Banco Central, Henrique Meirelles, informou que a instituição deve divulgar nas próximas semanas nova metodologia de cálculo dos *spreads* bancários, como se denomina a diferença entre a taxa de captação e os juros cobrados nas operações de crédito. O *spread* mostra o quanto o banco está ganhando entre o que paga aos aplicadores e o que cobra dos tomadores – pessoas físicas e empresas.

Em audiência conjunta promovida por comissões técnicas do Senado e da Câmara dos Deputados, Meirelles adiantou que a nova fórmula permitirá observar com mais transparência a composição do *spread*, distinguindo-se nela parcela de impostos repassadas aos tomadores de crédito, custos administrativos, riscos de inadimplência e o lucro das instituições. Segundo ele, a medida vai permitir que a população e os órgãos reguladores tenham uma melhor compreensão da composição das taxas e cobrem mais das instituições.

– Essa transparência deve estimular a competitividade bancária – afirmou.

No entanto, segundo o presidente do BC, o estudo que deve chegar à diretoria do banco nos próximos dias ainda é "concei-

tual". De acordo com Meirelles, o BC quer também divulgar os *spreads* do crédito direcionado, o dinheiro que os bancos captam e devem aplicar obrigatoriamente no financiamento habitacional e na agricultura. As operações do BNDES são também incluídas no crédito direcionado.

Os parlamentares pediram a Meirelles opinião mais firme sobre a decisão do governo de taxar, em 22,5%, as contas-poupança acima de R\$ 50 mil. O presidente do BC disse que "a queda dos juros impõe a necessidade de ajustes" e que a decisão final cabe ao Congresso.

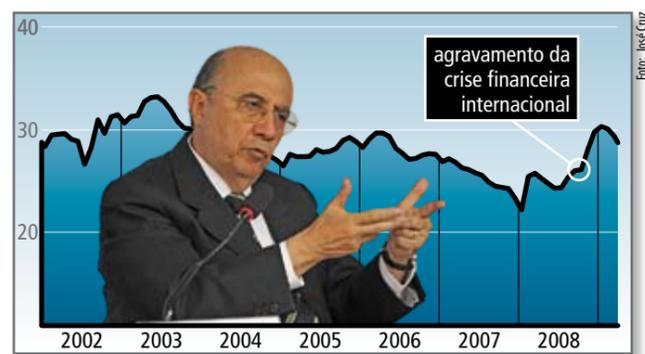
O senador Roberto Cavalcanti

(PRB-PB) perguntou sobre juros nos cartões de crédito. Meirelles observou que estão quase prontos os estudos feito em conjunto com os ministérios da Justiça e da Fazenda para regras que se destinam a garantir maior competitividade nesse segmento. Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou o esforço de gestão adotado pelo governo e, em particular, pelo BC, diante da crise financeira mundial.

A audiência foi realizada em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, para prestação de contas sobre o desempenho das políticas monetária, creditícia e cambial.

Evolução do spread bancário

O *spread* é a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e o custo financeiro de captação dos recursos (em pontos percentuais)



Fonte: Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade (CACFE)

Lúcia Vânia: Plano Real foi base que ajudou Brasil a sair da crise

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou a recuperação da economia brasileira pós crise financeira mundial, elogiando as ações da equipe do governo Lula. Mas tributo parte dessa vitória ao Plano Real, que, segundo a senadora, "forneceu as bases da estabilidade econômica que permitiram ao país sair da crise".

– Ao proclamarmos que o Brasil foi o último a ser atingido pela crise e o primeiro a sair, não podemos esquecer nossa história político-econômica recente com a implantação, há 15 anos, do Plano Real – disse.

Para ela, o plano macroeconômico implantado pelos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso abriu caminho para a formulação e execução de políticas sociais e de desenvolvimento hoje adotadas pelo governo Lula.

Lúcia Vânia listou sinais que, em sua opinião, demonstram que o país saiu da crise, como o crescimento do número de empregos formais, os elevados ganhos da bolsa de valores e o controle do índice de inflação, que deverá ficar abaixo da meta de 4,5%.



Brasil terá papel preponderante no novo cenário mundial, diz Lúcia Vânia

A senadora considera que o final da crise financeira trará uma nova era, e o Brasil, a seu ver, vai conquistar um papel preponderante no novo cenário mundial.

João Pedro promete defender os sem terra na CPI do MST

"O MST tem a minha solidariedade, o MST vai ter a minha voz aqui no Congresso." A declaração foi feita pelo senador João Pedro (PT-AM) depois que ele lamentou a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar repasse de dinheiro público para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo requerimento de instalação foi protocolado na quarta-feira.

Na avaliação de João Pedro, a CPI é uma tentativa de criminalizar o MST. Ele avaliou que não será fácil conduzir uma CPI

com tamanho impacto social nas 11 semanas que faltam para a conclusão dos trabalhos legislativos de 2009. João Pedro lembrou que o próximo ano também estará comprometido com a pauta eleitoral: serão realizadas eleições para presidente da República, governadores, senadores e deputados.

João Pedro observou ainda que o Congresso Nacional deveria analisar assuntos importantes para o país, e não se debruçar sobre temas que deveriam caber apenas à Justiça e ao Ministério Público. Ele afirmou que o MST



Para João Pedro, MST reflete necessidade de justiça no campo

reflete a necessidade de justiça social no campo, de reforma agrária, de crédito agrícola e assistência técnica. "O MST é um movimento legítimo e justo do ponto de vista social", disse.

Sarney: dados evidenciam aumento da produção legislativa do Senado

Presidente da Casa apresenta em Plenário comparações entre os primeiros semestres de 2008 e 2009 que mostram crescimento de 45% na aprovação de matérias

DURANTE A SESSÃO deliberativa de ontem, o presidente do Senado, José Sarney, apresentou dados que revelam o aumento da produção legislativa do Senado durante o primeiro semestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008. De acordo com os números divulgados por Sarney, 226 matérias foram aprovadas pelos senadores entre fevereiro e julho de 2008. No primeiro semestre de 2009, foram 327 matérias aprovadas, o que corresponde a um crescimento de 45%.

— A Casa está em seu pleno funcionamento. O Legislativo vem retomando a posição de protagonista. E o Senado Federal teve papel destacado nesse processo — afirmou Sarney.

O presidente do Senado informou que 434 matérias já foram aprovadas pelo Senado em 2009, número que não leva em conta a aprovação de requerimentos diversos nem de matérias relacionadas a autorização para exploração de serviço de radiodifusão.

— Isso é motivo de orgulho para todos nós, que estamos cumprindo com o nosso dever para com o país e para com os nossos eleitores. Esses são números irrefutáveis: não é verdadeira a notícia de paralisia da Casa. A contribuição do Senado para o povo brasileiro foi muito grande — acrescentou.

Sarney também destacou algumas das matérias aprovadas pelos senadores este ano: PLC 141/09 (reforma eleitoral), PLS 54/04 (tipificação do crime de sequestro-relâmpago), PLC 139/09 — Complementar (Lei orgânica da Defensoria Pública), PLC 125/06 (regulamento mandado de segurança individual e coletivo), PLS 369/03 (regras sobre títulos da dívida do agronegócio), PLS 421/07 (isenção total do Imposto de Renda Pessoa Física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 70 anos), PLC 1/06 (incluir planejamento familiar na cobertura dos planos ou seguros privados de saúde), PLC 105/03 (garante a presidiárias acompanhamento médico no pré-natal e no pós-parto) e PLC 31/08 (limita a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos), entre outros.

— É importante lembrar também o trabalho das comissões. Instalamos uma comissão de acompanhamento da crise financeira aqui no Congresso. Ela tem produzido um trabalho excelente. Tenho ouvido que o trabalho desenvolvido pelo Senado talvez seja o melhor feito no Brasil sobre a matéria — afirmou Sarney.



Sarney enfatiza que a "Casa está em pleno funcionamento", mantendo-se em "sintonia com os desafios da realidade social e econômica", e que senadores cumpriram seu dever com os eleitores

Mais matérias econômicas, jurídicas e administrativas foram aprovadas

O presidente José Sarney disse que qualitativamente a produção do Senado foi superior à do ano passado.

— Tivemos no primeiro semestre [de 2008] a votação de 11 matérias de caráter econômico e, neste primeiro semestre [de 2009], nós tivemos 57 matérias de caráter econômico. Verificamos também que na parte de matérias sociais a nossa posição é de 54 a 52, o que mostra uma posição estável do mesmo trabalho em relação ao ano de 2008 e 2009 — afirmou.

Ele também citou o comparativo de "matérias administrativas importantes" (16 a 32) e de "matérias

jurídicas" (24 a 29).

— O trabalho deste ano foi muito maior do que o primeiro semestre do ano passado. Um exame mais aprofundado da produção legislativa do Senado revela ainda que a Casa encontra-se também em sintonia com os desafios que a realidade social e econômica tem oferecido a este país — ressaltou.

Destacando o protagonismo do Legislativo, Sarney também lembrou que no primeiro semestre do ano passado foram editadas 27 medidas provisórias, contra apenas 15 em 2009.

César Borges afirma que vereadores querem manutenção do Interlegis

César Borges (PR-BA) leu ontem em Plenário uma carta circular enviada pelo vereador Antonio Carlos Passos Ataíde, presidente da Câmara de Vereadores de Feira de Santana, na Bahia. Na correspondência, Ataíde manifesta contrariedade em relação à sugestão de extinção do Interlegis, contida em nota oficial da bancada do PT no Senado datada de 8 de julho.

— Graças ao Programa Interlegis, inúmeras casas legislativas brasileiras adquiriram o seu primeiro computador, que é o nosso caso, e conseguiram acessar a grande rede mundial de computadores graças ao kit de acesso à internet cedido gratuitamente pelo programa", diz o vereador na carta.

César Borges assinalou que o Interlegis é um projeto financiado pelo Banco Mundial e não está incluído no orçamento do Senado e que a Fundação Getúlio Vargas já previu, no plano de reestruturação adminis-



César Borges destaca que Interlegis é financiado pelo Banco Mundial

trativa da Casa, a fusão do Interlegis com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo (Unilegis).

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou, em aparte, que prefere a calma ao açoitamento de soluções rápidas. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que em sete meses de mandato só viu uma "curva de melhora" no Senado.

Senadores trabalharam mais de 1.500 horas em Plenário este ano

José Sarney informou que os senadores trabalharam 1.583 horas e 56 minutos em 2009 em atividades em Plenário e nas diversas comissões permanentes e temporárias do Senado.

— Quero louvar o trabalho das senadoras e dos senadores. O povo brasileiro deve saber cada vez mais que é um trabalho feito em benefício do povo, que ele usufrui dos benefícios resultantes das leis aqui votadas e do trabalho que aqui se realiza — concluiu Sarney.

Em aparte, Lúcia Vânia (PSDB-GO) concordou com Sarney, afirmando

que, apesar das dificuldades enfrentadas pela Casa nos últimos meses, em nenhum momento o Senado faltou à sua responsabilidade perante o país e em face da crise econômica.

— Acredito que a nação brasileira tem a oportunidade de ver o quanto esta Casa produz por meio dos nossos trabalhos nas comissões, o quanto produzimos em Plenário. É preciso que seja mostrado o lado positivo desta Casa. É preciso que se evidencie o esforço que se desenvolveu aqui durante este ano para ajudar a superar a crise — disse a senadora.

Suplicy pede divulgação de estudo da FGV sobre reforma do Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou ontem a prometida divulgação da proposta de reforma administrativa do Senado encomendada pela Mesa à Fundação Getúlio Vargas. Segundo ele, a divulgação deveria ocorrer nesta semana. Suplicy disse que gostaria de participar de reuniões da Mesa, como já convidado, para obter informações mais detalhadas sobre o assunto e sobre as demandas encaminhadas por ele em Plenário.

Suplicy lembrou que quando se noticiou a existência de um número exagerado de diretorias no Senado, foi constituída uma comissão de funcionários com o objetivo de fazer um diagnóstico e apresentar soluções para a reestruturação das áreas administrativa e legislativa. Segundo o senador, essa comissão já teria concluído o seu trabalho há algum tempo.

— Seria importante conhecermos o

relatório dessa comissão e a sua interação com o estudo da FGV. Também seria importante que pudéssemos ter informações sobre o número de comissões de funcionários que estão em funcionamento presentemente, quantos e quais funcionários compõem cada uma, se continua o sistema de recebimento de remuneração a título de participação nessas comissões, uma vez que está tramitando ainda projeto de resolução nesse sentido — disse.

O senador considerou positiva a alteração feita pelo relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em seu projeto de resolução que obriga a divulgação da remuneração de todos os servidores do Senado. Suplicy disse que a mudança estabelece uma relação completa com dados do servidor, como as suas respectivas função e lotação, definindo também o cargo e a função.



Carla Magalhães

Suplicy autorizou uso de toaletes de seu gabinete por pessoas que faziam vigília em frente ao Supremo Tribunal Federal

Suplicy explica uso de seu gabinete por manifestantes

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou à Mesa cópia do ofício que ele enviou ao corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PTB-SP), explicando o motivo de ter autorizado um grupo de 15 pessoas a utilizar seu gabinete na madrugada de 9 de setembro. O senador esclareceu que, "por uma questão de respeito à dignidade humana", franqueou os toaletes do seu gabinete aos manifestantes que estavam realizando uma vigília diante do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Suplicy, algumas pessoas que integravam o grupo que pedia a libertação de Cesare Battisti são suas amigas há mais de 30 anos. Ele citou, entre elas, Maria de Lurdes Negreiros de Paula, uma senhora com mais de 80 anos. Eduardo Suplicy também informou que as pessoas entraram no Senado acompanhadas pelos senadores José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM) e dos respectivos chefes de gabinete.

— O andamento do caso dado

pelo chefe da Segurança do Senado denotou, na minha avaliação, falta de sensibilidade humana e de espírito público. No caso em questão, penso que teria sido próprio que os responsáveis pela segurança tivessem dialogado com as pessoas da vigília e, em caso de dúvida, deveriam ter telefonado para mim, pois, de pronto, informaria que elas estavam por mim autorizadas — afirmou Suplicy.

Imprensa

No final de seu pronunciamento, o parlamentar afirmou que o presidente do Senado, José Sarney, teria mencionado que a imprensa, às vezes, aparece como inimiga da instituição. O senador petista opinou que, se a imprensa não pudesse chamar a atenção dos fatos, o Brasil não estaria vivendo em uma democracia.

Sarney retificou o que disse Suplicy e negou que em qualquer momento tenha classifica-

Corregedoria vai avaliar pernoite em gabinete

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que será encaminhado para análise da Corregedoria do Senado o fato de Eduardo Suplicy (PT-SP) ter permitido que 15 manifestantes pernoitassem em seu gabinete em uma noite da última semana. A decisão foi tomada por unanimidade na reunião de ontem da Mesa diretora.

Heráclito contou ter sido informado do fato pela Polícia do Senado. De acordo com o 1º secretário, Suplicy confirmou o ocorrido e justificou-se dizendo que apenas quis oferecer acesso ao banheiro para 15 cidadãos que teriam vindo participar de uma manifestação no Supremo Tribunal Federal (STF).

— Foi uma entrada fora do expediente. Comuniquei à Mesa, que decidi encaminhar o caso à Corregedoria. Não é um fato grave, mas é um precedente perigoso. É preciso criar critérios, normas, para situações como essa — afirmou.

Heráclito informou também que obras de reforma estrutural do Plenário deverão ser feitas em dezembro, durante o recesso parlamentar. Disse ainda que apresentará um projeto de lei com novas propostas de mudanças na Lei Eleitoral para valerem a partir de 2014. Segundo o senador, quando as alterações nas leis são feitas apressadamente, as mudanças são decididas com base apenas em fatos recentes.

O caso do funcionário que ficou preso

Assessores de Marco Maciel (DEM-PE) informaram ontem que o parlamentar foi isentado, nas apurações feitas em inquéritos administrativos do Senado, de qualquer responsabilidade no caso do funcionário que ficou preso e continuou recebendo proventos da Casa. Os assessores confirmaram o fato, noticiado pela imprensa, de que o servidor da Gráfica do Senado João Paulo Esteves Coutinho esteve lotado formalmente na Liderança do PFL — de abril de 1991 a março de 1996 —, mas, na verdade, estava preso por crime de latrocínio cometido em 1977.

Nessa época (1991), narraram eles, Marco Maciel ocupava a liderança do partido e

teve, como única participação no ocorrido, a responsabilidade de haver aceitado que João Paulo fosse trabalhar em seu gabinete, a pedido do irmão, Silvío Esteves Coutinho, que, à época, trabalhava como subchefe da Liderança. A alegação dada por Silvío Esteves foi de que o irmão era alcoólatra e adoentado e, por isso, necessitava acompanhamento de perto.

Dois processos concluíram ser Silvío Esteves o principal culpado dos desvios de conduta, já que este entregou, durante os cinco anos em questão, folhas de frequência falsificadas, que atestavam a presença do irmão ao trabalho. Também sacava todos os salários de João Paulo. Apu-

radas as responsabilidades, a comissão encarregada do processo disciplinar recomendou, à época, que Silvío Esteves fosse demitido. O 1º secretário naquele momento, Ronaldo Cunha Lima, decidiu converter a demissão por suspensão pelo prazo de 90 dias e pagamento de multa de 50% do salário. Silvío Esteves foi condenado também, por recomendação do TCU, a devolver ao erário todos os valores que recebeu indevidamente. Em 1999, esses valores foram calculados em R\$ 219.000, mas estão sendo corrigidos monetariamente e descontados dos proventos do servidor, hoje lotado na Subsecretaria de Anais do Senado.



José Cruz

Assessora do gabinete de Marco Maciel presta esclarecimentos sobre servidor da Gráfica do Senado que esteve lotado na Liderança do PFL de 1991 a 1996

Alvaro critica rejeição da Câmara a emendas à minirreforma eleitoral

O vice-líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), criticou a rejeição pela Câmara de 63 das 67 emendas aprovadas pelo Senado à minirreforma eleitoral. A proposta foi aprovada pelos deputados na madrugada de ontem. Para o senador, a conduta da Câmara leva a opinião pública a crer na existência de desacordo entre as duas casas legislativas.

Alvaro considera que a minirreforma não pode ser um "substituto" da reforma política. Ele afirmou que somente o presidente eleito em 2010 terá legitimidade para, no início do mandato, promover a reforma.

Outra crítica à Câmara feita pelo senador foi pelo fato de, apesar de o Senado já haver iniciado o debate de uma reforma política, os deputados terem criado uma nova comissão sobre o tema e designado relator, "que se debruçou sobre novos projetos, ignorando tudo que havia sido discutido". Quando seria a vez de o Senado analisar a proposta, disse Alvaro, a Câmara



Próximo presidente da República deve promover a reforma política, diz Alvaro

a retirou de pauta. Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação de uma "miniconstituinte", com 50 parlamentares comprometidos a não concorrerem à reeleição, para votarem, em 2010, um projeto de reforma política.

Alvaro ainda criticou a visita feita pelo presidente Lula ao Paraná na terça-feira, "sem qualquer anúncio de auxílio financeiro ao estado, que sofre com perdas na agricultura e prejuízos com a Lei Kandir".

Para Sarney, internet livre nas campanhas é uma "conquista"

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a Casa "sanou", no exame do projeto de reforma eleitoral, o problema do uso da internet nas campanhas eleitorais, garantindo a ampla liberdade para o uso da rede mundial de computadores.

— Foi uma grande conquista. A internet é um novo meio que veio para ficar e que devemos preservar inteiramente livre — assinalou.

Sarney não quis opinar sobre o fato de a Câmara dos Deputados não ter acolhido a maior parte das emendas à proposta (PLC 141/09) aprovadas no Senado.

— Ainda não tive tempo de

verificar as mudanças aprovadas naquela Casa — afirmou.

Sarney ressaltou a importância de manter o princípio de harmonia entre as duas Casas legislativas e destacou que o Senado cumpriu sua parte votando a reforma dentro do prazo, contribuindo para que a finalização do exame das mudanças ocorra a tempo. A nova lei precisa ser sancionada e publicada no *Diário Oficial* até 2 de outubro para valer nas eleições de 2010.

A única inovação feita pelos senadores e mantida pelos deputados foi a ampla liberdade para o uso da internet nas eleições.

Mão Santa critica Lula por lançar Dilma à Presidência

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de lançar a candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sua sucessão na Presidência da República. Na opinião do senador, ao "tirar do bolso uma candidata que não tem traquejo e vivência política", Lula "presta um desserviço à democracia".

— Isso se chama soberba — frisou o parlamentar. Mão Santa disse que votou em Lula em 1994, mas acabou se decepcionando com os petistas pelo que chamou de "ignorância audaciosa" e "falta de estudos, competência e profundidade".

O senador também censurou o programa Bolsa Família, sugerindo que o dinheiro seja entregue diretamente aos pobres, que teriam melhores condições de conseguir trabalho para os assistidos. Também fez críticas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por não atender suficientemente os mais pobres,



Mão Santa afirma que ministra "não tem traquejo nem vivência política"

e a situação da educação pública no país.

Em aparte, o senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) afirmou que "a solução está na municipalidade" e que é preciso valorizar os prefeitos, pois é no município que estão os problemas. Ele assinalou que existem muitos recursos dispersos, que não estão atendendo o povo. O senador defendeu a realização de uma "assembleia nacional constituinte exclusiva para resolver macroproblemas" do país.

Comissão de Relações Exteriores aprova acordo com país vizinho que pode facilitar repressão à entrada de armas de fogo e munições ilegais em território nacional

Brasil e Paraguai se unem no combate ao tráfico de armas

BRASIL E PARAGUAI deverão promover esforços conjuntos para combater o tráfico de armas e munições. A medida consta de memorando de entendimento entre os dois países que – sob a forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 497/09 – recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O texto será agora submetido ao Plenário.

Assinado em novembro de 2006, o memorando estabelece que os dois países realizem “ações específicas para o controle, a fiscalização e a repressão à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos”. Ambos comprometem-se ainda a confiscar as armas e munições encontrados em situação ilícita. Além disso, trocarão informações sobre registro e propriedade de armas.

O projeto teve como relator o senador Efraim Moraes (DEM-PB). Em seu voto, ele observou que a fabricação e o tráfico de armas vêm se “expandindo dramaticamente e trazendo prejuízos à manutenção da ordem social e da paz pública”. Mencionou ainda dados



Francisco Dornelles, Roberto Cavalcanti, Flávio Torres e Wellington Salgado na CRE

da Polícia Federal segundo os quais seis municípios, entre 17 cidades de fronteira utilizadas como pontos de entrada de armas ilegais no Brasil, estão na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Acordos

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi retirado de pauta o Projeto de Decreto Legislativo 502/09, que aprova acordo de auxílio jurídico mútuo em matéria penal entre Brasil e Honduras. Suplicy solicitou que não se aprove nenhum acordo com Honduras enquanto o país não retornar ao regime democrático.

A comissão aprovou pareceres favoráveis ao PDS 484/09, que aprova acordo com o Senegal sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático, e ao PDS 503/09, que aprova acordo de serviços aéreos com o mesmo país africano.

Foi ainda acolhido requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para inclusão do embaixador Ênio Cordeiro, subsecretário-geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, entre os convidados para audiência pública sobre questões de fronteiras na Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Rigor para entrar no Senado recebe crítica em debate na CDH

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou ontem audiência pública para debater a Declaração Universal dos Direitos Humanos sob a ótica do direito de ir e vir das pessoas. Para o presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), o Senado vem dificultando a entrada de pessoas no prédio, submetendo-as a um rigor maior do que o exigido nos aeroportos.

O senador apoiou a ideia de alguns estudantes presentes de pedir à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) uma representação contra o Senado e também de ouvir a Polícia da Casa, que teria reprimido estudantes, em 13 de agosto, que se manifestavam contra o presidente do Senado, José Sarney.

Segundo André Dutra Silva Magalhães, estudante de Relações Internacionais do IESB, os alunos não estavam agindo como vândalos, apenas percorrendo os corredores do Senado e manifestando sua opinião.

– Foi constrangedor termos sido detidos pela Polícia do Senado e ficado mais de três horas na sala de segurança – disse.

A advogada Herilda Balduino de Souza, do Conselho Federal da OAB, pediu providências contra o arbitrio que, em sua opinião, está acontecendo nos prédios do Congresso. Para Herilda, a segurança demasiada acaba violando os direitos humanos mais básicos.

– Hoje, 17 de setembro, eu mesma precisei mostrar meu convite para participar desta audiência – afirmou.

Para Cristovam, o Senado descumpriu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial o direito de se manifestar e o direito de ir e vir, a que todos têm direito numa democracia.

O senador José Nery (PSOL-PA) se declarou “assustado” com a ausência do reitor da Universidade de Brasília e do diretor da Polícia do Senado, previstos para depor na audiência.

– A crise não foi resolvida, foi apenas abafada. Não fabricamos denúncias. Se elas foram arquivadas no Conselho de Ética, deveríamos abrir uma CPI para investigar os desmandos que chegaram ao cúmulo de lavrar centenas de atos administrativos secretos – protestou.

Heráclito garante a Suplicy que aeroporto no Piauí não funciona

Heráclito Fortes (DEM-PI) garantiu ontem a Eduardo Suplicy (PT-SP) que o Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato, no Piauí, encontra-se inoperante, contestando pronunciamento feito pelo petista no dia anterior. Suplicy havia defendido o governador Wellington Dias, do PT, das acusações de Heráclito de propaganda enganosa. Com base em informações encaminhadas pelo governo do Piauí, Suplicy havia garantido que o aeroporto estava em plena operação.

Em seu discurso, Heráclito Fortes criticou a postura de Suplicy e lembrou que não estava presente na sessão em que o senador por São Paulo rebateu suas acusações contra a propaganda enganosa feita pelo governo do Piauí.

– Vossa senhoria foi uma vítima. Recebeu uma informação mentirosa e assumiu a responsabilidade em transmiti-la, o que mostra a gravidade das denúncias que venho fazendo. O senhor está convidado a ir a São Raimundo Nonato e a partir de lá em um desses aviões que



Heráclito Fortes (foto) insiste em que Suplicy recebeu informação mentirosa

chegam todo dia – ironizou Heráclito Fortes.

O senador pelo Piauí disse ainda a Suplicy que o governador Wellington Dias não agiu de forma justa ao transformá-lo em um “porta-voz da mentira”.

Respondendo a Heráclito Fortes e Mão Santa (PMDB-PI), Eduardo Suplicy afirmou que vai procurar o governador do Piauí para solicitar informações mais detalhadas sobre as denúncias dos dois parlamentares. Ele disse que espera ter as informações na próxima semana e que as encaminhará aos senadores antes de falar em Plenário.

Sarney recebe delegação do Timor-Leste

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu ontem visita oficial do presidente do Parlamento Nacional do Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, que veio acompanhado de pequena comitiva. O parlamentar timorense foi recebido na sala de audiências da Presidência do Senado, onde conversou com Sarney sobre a história recente e o cenário atual do Brasil e do Timor-Leste.

A pedido do visitante, Sarney colocou o Senado à disposição do Parlamento timorense para intercâmbio e apoio técnico, principalmente na área de comunicação institucional. O presidente do Senado lembrou que conhece o atual presidente daquele país, José Ramos-Horta, e seu primeiro-ministro, Xanana Gusmão.

Ramos-Horta e Xanana Gus-



Sarney (D) com Fernando La Sama: Senado abre possibilidade de intercâmbio

mão tiveram atuação destacada no processo de independência do Timor-Leste, que foi colônia de Portugal até 1975, mas, dias depois, teve seu território invadido pela Indonésia. Apenas em 1999 o Timor-Leste conquistou a independência da Indonésia, depois de, em referendo organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), 80%

do povo timorense optar pela independência.

Logo depois do encontro, Sarney assumiu a presidência da sessão deliberativa, registrou a visita recebida e recordou que, em 1985, quando era presidente da República, defendeu a independência do Timor-Leste perante a Organização das Nações Unidas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Geraldo Mesquita Júnior • Adelmir Santana • Mozarildo Cavalcanti • Osvaldo Sobrinho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

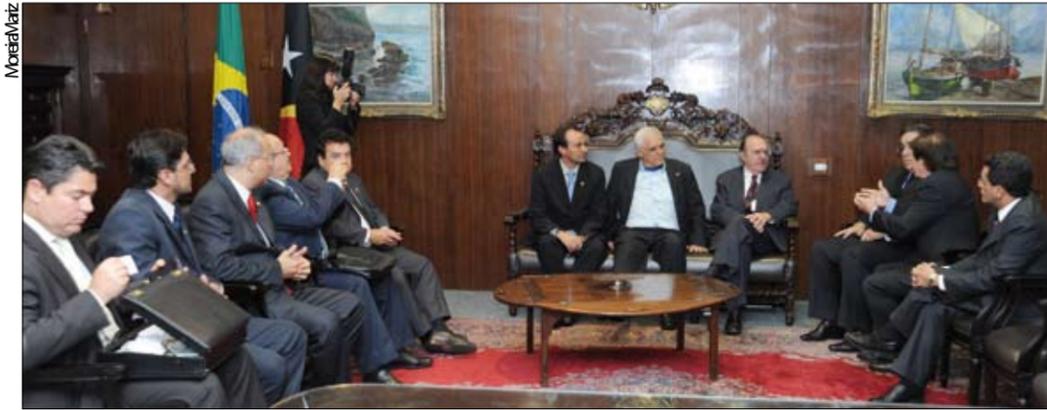
Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vídgal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Sarney (4º à dir.) recebe comitiva de deputados estaduais interessados em divulgar atividades das assembleias legislativas

Deputados pedem a Sarney apoio a sistema de comunicação

Um grupo de dez deputados estaduais foi recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, na noite de ontem. Eles pediram ajuda a Sarney no sentido de o Congresso Nacional colaborar com a implantação de emisoras de rádio e de televisão para divulgação das atividades das assembleias legislativas. Os deputados integram a União

Nacional das Assembleias Legislativas (Unale) e solicitaram também auxílio de Sarney para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/03, que devolve aos estados as prerrogativas de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Sarney prometeu empenho em relação às reivindicações apresentadas.

Cristovam afirma que enviará a Lula discurso de Obama

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou da tribuna que vai enviar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva cópia do discurso do presidente Barack Obama aos estudantes norte-americanos no retorno às aulas. No discurso, feito em uma sala de aula, Obama usou o exemplo pessoal de como o estudo o fez crescer a ponto de se tornar presidente da nação mais poderosa do mundo, explicou o parlamentar.

Ele disse que, quando ministro da Educação (2003), foi ao Palácio do Planalto para sugerir que Lula fizesse um pronunciamento em cadeia nacional na época da volta às aulas. Mas o assessor que o recebeu argumentou então que "isso não merece uma cadeia nacional com o presidente", lembrou.

Incentivo

Para Cristovam, um discurso para os estudantes na volta às aulas, partindo de um presidente como Lula, que nasceu de família pobre no Nordeste, enfrentou dificuldades e acabou eleito presidente, seria um grande incentivo para as crianças e os jovens do país continuarem seus estudos, para não abandonarem as salas de aula, acabando nas mãos da criminalidade das ruas.

– No Brasil, lamentavelmente, 60 jovens abandonam as escolas a cada minuto. Qual o incentivo que eles têm para continuar os estudos? – indagou.

O senador leu quase todo o discurso de Obama aos estudantes, fazendo comentários ao final de cada trecho. Cristovam destacou que o presidente dos Estados Unidos "não fez demagogia em nenhum momento" e alertou os estudantes de que eles só chegarão aonde desejam se estudarem com responsabilidade. O discurso de Barack Obama foi feito nesta semana, quando terminam as férias escolares de verão nos EUA.



Cristovam diz que sugeriu a Lula fala aos estudantes no retorno às aulas

Petróleo pode entrar em regime tributário especial

Projeto aprovado pela Comissão de Infraestrutura dá isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transporte, portos, energia, saneamento e irrigação

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou relatório do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) favorável à proposta (PLS 181/09) de isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação. A matéria foi elaborada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e muda o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), o que poderá estimular a construção e operação de refinarias petroquímicas, informou o relator.

Atualmente, o Reidi prevê a suspensão da incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas vendas de bens, materiais e serviços feitas às empresas que têm projetos para obras de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação. Mas não menciona,

explicitamente, benefício similar para as áreas de petróleo e gás natural.

A proposta aprovada também estende ao petróleo o regime de alíquotas diferenciadas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins hoje aplicáveis à importação de etano, propano e butano, destinados às atividades das indústrias petroquímicas. Em caráter semelhante, o projeto define que as alíquotas incidentes sobre a receita bruta da venda de petróleo destinado às indústrias petroquímicas serão de 1% para o PIS/Pasep e de 4,6% para a Cofins.

De acordo com Francisco Dornelles, a iniciativa visa contribuir com projeto da Petrobras de construção de um complexo petroquímico que utilizará tecnologia pioneira de emprego do petróleo e de condensados como matéria-prima.

– Para manter a competitividade desse complexo, sustenta-se que é fundamental estender a essas matérias-primas o regime

de alíquotas diferenciadas hoje aplicável a nafta, gás natural e gases de refinaria – afirmou o senador, observando ainda que a medida não vai acarretar renúncia fiscal.

Durante as discussões, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) parabenizou o parecer de Dornelles e disse que a aprovação ocorre em momento oportuno. Também o senador Jayme Campos (DEM-MT) elogiou a competência técnica do relator sobre assunto.

O projeto será agora examinado pelo Plenário.

Ciência pela paz

Na mesma reunião, os senadores aprovaram requerimento da presidência da CI para realização de audiência pública, em conjunto com outras seis comissões, para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, a ser comemorado todo dia 10 de novembro.



Dornelles (E), Delcídio e Osvaldo Sobrinho em reunião da CI: projeto incentiva construção de complexo petroquímico

TCU aponta irregularidades em duas obras do PAC

Duas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio de Janeiro apresentam indícios de irregularidades graves, conforme avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhados à CI. A comunicação, feita pelo presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, foi lida, na reunião de ontem da comissão, pelo senador Eliseu Resende (DEM-MG), vice-presidente do colegiado.

O TCU informa que as obras da BR-101, no trecho de adequação de Santa Cruz-Itacuruçá-Mangaratiba, no Rio de Janeiro,

apresentam sinais de superfaturamento e de serviços não executados. A construção foi realizada entre junho de 2008 e julho deste ano. O órgão responsável pela obra é a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), vinculado ao Ministério dos Transportes. O valor total dos serviços foi orçado em R\$ 1,92 milhão.

A outra obra, no valor de R\$ 62,5 milhões, corresponde à implantação da etapa inicial da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro, que

compreende o trecho Rio de Janeiro-Niterói-São Gonçalo. As fiscalizações do TCU sobre essa obra foram feitas entre janeiro de 2008 e maio deste ano, e o responsável pelas contratações é o Ministério das Cidades. Entre as irregularidades constatadas pelo tribunal está a cobrança de preços excessivos, além de impropriedades na execução orçamentária e nos convênios firmados para a empreitada.

Os avisos não passam por deliberação na CI. Os relatórios integrais ficam disponíveis para consulta dos senadores.

Cavalcanti defende divisão de recursos do petróleo pré-sal

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), em discurso no Plenário, defendeu a partilha entre todas as unidades da Federação da riqueza gerada a partir do petróleo que será explorado no pré-sal, "a 300 quilômetros da costa e a uma profundidade de 7 mil metros".

– Ou o petróleo a ser extraído da camada do pré-sal pertence ao conjunto da nacionalidade, sem nenhuma forma odiosa de discriminação, ou não haverá mais sentido falar em nação, pátria ou Estado brasileiro – advertiu.

Cavalcanti opinou que, além de a divisão da riqueza entre as unidades da Federação ser uma questão de justiça, não seria interessante para o Brasil assistir ao desenvolvimento econômico de alguns poucos estados enquanto a maioria continuaria sem perspectiva de melhoria. O senador lembrou que o país já desperdiçou outras chances históricas de desenvolvimento pleno.

As futuras gerações de brasileiros, no entendimento do parlamentar, não perdoarão a classe política atual se não for construído um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável não apenas sob o ponto de vista ambiental. Roberto Cavalcanti disse que não produziria um modelo homogêneo que minimizasse as desigualdades sociais e regionais seria fracassar.

– Não é crível que, no momento em que se descobre a fantástica potencialidade representada pelo petróleo do pré-sal, o egoísmo e a visão estreita de alguns possam prejudicar, de modo irreparável, o conjunto do país. Assumo a trincheira dessa luta. Conclamo os colegas a assumirem idêntica posição. A riqueza há de ser partilhada por todo o povo brasileiro – afirmou Roberto Cavalcanti.



Senador propõe partilha entre todos os estados, não apenas aos produtores

Representantes de médicos, juristas, estudiosos de bioética e da CNBB são unânimes na defesa da legitimidade de se evitar a prorrogação artificial da vida de pacientes terminais



Edson Andrade (E), Aristóteles Atheniense, Valter Pereira, Paulo Martins Junior e Volnei Garrafa participam de audiência na CCJ

Especialistas apoiam legalização da ortotanásia

ESPECIALISTAS EM DIVERSAS áreas defenderam, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a ortotanásia – suspensão de tratamentos que usem equipamentos, tecnologias, intervenções médicas excessivas e dolorosas para prolongar a vida de doente em fase terminal. Eles participaram de audiência para discutir proposta (PLS 116/00) que modifica o Código Penal para estabelecer a prática como lícita.

De acordo com o projeto, de Gerson Camata (PMDB-ES), não constituirá crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impos-

sibilidade, de familiar. Continua sendo ilícita, porém, a omissão de meios terapêuticos ordinários ou dos cuidados normais devidos a um doente com o fim de causar-lhe a morte (eutanásia).

A matéria, que tramita na CCJ em caráter terminativo, tem como relator Augusto Botelho (PT-RR). O senador afirmou que o projeto deverá trazer mais segurança aos médicos e aos pacientes. O professor de Bioética da Universidade de Brasília (UnB) Volnei Garrafa enfatizou que há pessoas em estágio terminal sofrendo em hospitais com “o prolongamento desnecessário de uma vida quando já não há mais nenhuma esperança”.

O presidente da União dos Juristas Católicos e representante da Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB), Paulo Martins Junior, afirmou que a Igreja Católica não considera a ortotanásia errada. Ele elogiou a iniciativa de Camata, mas sugeriu um projeto de lei específico para disciplinar o assunto.

O advogado Aristóteles Atheniense citou a edição da Resolução 1.805/06 do Conselho Federal de Medicina, que permitia a ortotanásia. E o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Edson Andrade, lembrou que a resolução está suspensa devido a uma liminar concedida pelo Ministério Público.

Para Valter Pereira (PMDB-MS), que presidiu o debate, será possível “avançar e talvez colocarmos algumas emendas para levarmos o projeto para a pauta da CCJ já na próxima semana”.

Ato Olímpico ajuda Rio a se consolidar como sede de jogos

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovaram ontem projeto que institui o chamado Ato Olímpico – conjunto de garantias que o governo federal oferece para assegurar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A proposta (PLC 128/09) autoriza a destinação de recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do comitê organizador do evento. Inclui ainda previsão para que o governo possa rever instrumentos bilaterais e unilaterais para dispor com maior liberdade de bens e equipamentos pertencentes à União que sejam indispensáveis aos jogos.

O texto também aborda obrigações no controle e repressão de atos ilícitos associados ao uso de símbolos relacionados aos Jogos Rio 2016 e, inclusive, determina a suspensão de contratos publicitários em aeroportos e áreas federais de interesse dos jogos, durante o período das competições.

Outro ponto estabelece a obrigação de oferta, sem custos ao comitê organizador, de serviços de segurança, saúde e serviços médicos.

Flávio Arns critica nova lei do seguro obrigatório de veículos

As recentes mudanças na legislação que trata do seguro obrigatório de veículos foram criticadas ontem pelo senador Flávio Arns (sem partido-PR) durante audiência pública. Ele disse que as alterações realizadas no seguro Dpvt (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) “prejudicam os cidadãos mais simples e beneficiam as seguradoras”. A audiência foi promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

– Essas modificações legais têm o objetivo de capitalizar as seguradoras, ao permitir que elas arquem [o Dpvt] e, na prática, não paguem as indenizações para as vítimas de acidentes de carro – afirmou Flávio Arns, ressaltando que as receitas anuais com esse seguro estão estimadas em R\$ 6 bilhões.

As alterações nessa legislação foram promovidas por meio da Medida Provisória (MP) 451/08, que se transformou na Lei 11.945, de 4 de junho de 2009. O vice-presidente da Confederação Nacional de Saúde, Tércio Egon Paulo Kasten, destacou que essas mudanças – ao proibir o uso da chamada cessão de direitos – restringiram e dificultaram o uso do Dpvt no atendimento às vítimas de acidentes de carro.

Segundo Tércio, a nova regra obriga o paciente a pagar pelo atendimento médico-hospitalar no momento da alta, além de providenciar e encaminhar os documentos exigidos pelas seguradoras, para, após 45 dias, receber o reembolso, “que nem sempre é compatível com as reais despesas da vítima”.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS) também criticaram o modo como o seguro vem sendo utilizado. Mozarildo disse que, “na verdade, não falta dinheiro para a saúde”.

Já Paulo Paim declarou que “o Dpvt é uma esculhambação”. Ele lembrou que, quando era deputado federal, apresentou projeto de lei para acabar com o seguro, “mas essa matéria, que tramita até hoje na Câmara, não avançou devido ao lobby das seguradoras, que continuam arrecadando com isso”.

Ausência

Flávio Arns protestou contra a ausência de Armando Vergílio dos Santos Júnior, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O senador afirmou que Armando “vem se recusando, sistematicamente, a vir ao Congresso para dar explicações sobre o assunto, o que é um desrespeito”.



Augusto Botelho (C) preside audiência na CAS; à direita, Flávio Arns

Viana cita estudo que aponta redução da desigualdade no país

O programa Bolsa Família revolucionou a proteção social no Brasil e teve impactos significativos na redução da desigualdade social no país, afirmou ontem Tião Viana (PT-AC). Ele mencionou estudo nesse sentido do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançado em comemoração aos 45 anos da instituição.

O senador disse que a pesquisa, intitulada “Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas”, avalia a atuação do governo em 30 setores e mostra que o Bolsa Família teve influência no aumento da frequência escolar e na diminuição do trabalho infantil, sobretudo das meninas, atuando ainda como fator de proteção das crianças e de redução da pobreza. O estudo também mostra que apenas poucas mães, e não os homens favorecidos pelo programa, deixaram de trabalhar em razão do recebimento do benefício.

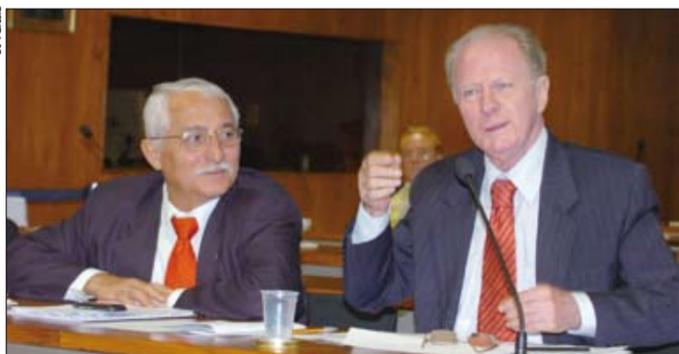
Tião Viana também citou dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que apontam agosto como o mês que registrou o melhor resultado na ge-



Tião Viana: Brasil alcança marca de 32,6 milhões de empregados

ração de empregos com carteira assinada em 2009, apesar dos efeitos recessivos da atual crise financeira global. O senador registrou que foram criados 242.126 postos de trabalho no país, o que constitui um recorde da série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) no período.

Ao todo, em 2009, já foram criados 680.034 empregos, de acordo com o MTE. Com a expansão de 0,75% em relação a julho, o Brasil alcança a segunda maior marca da história, com 32.673.336 empregados, entre celetistas (carteira assinada) e estatutários, disse Tião Viana.



Augusto Botelho, relator de projeto sobre a ortotanásia, e Gerson Camata, autor

Camata cita manifestações de diversas religiões sobre prática

Na justificativa do seu projeto que legaliza a ortotanásia, Gerson Camata apresenta manifestações favoráveis a esse procedimento em quatro documentos da Igreja Católica – um discurso do papa Pio XII em 1958, a Declaração de 5 de maio de 1980 da Congregação para a Doutrina da Fé, o Catecismo da Igreja Católica e a encíclica *Evangelium Vitae*, de 1995, do papa João Paulo II –; no pensamento predominante nos diversos ramos do judaísmo; e nas posições das igrejas cristãs dos Estados Unidos e das igrejas cristãs orientais ortodoxas. Essas religiões não aceitam a eutanásia ativa, que provoca a morte por ação ou por omissão, nem em casos de doença terminal, mas concordam em não prorrogar, com tratamentos desgastantes, a dor de um paciente até sua morte.

Camata cita também o Corão, fonte da doutrina islâmica, dizendo que não existe nele texto explícito sobre a eutanásia ativa, mas “há textos que proíbem tirar a vida do muçulmano. Porém, se o médico tem a certeza de que não pode restaurar-se a vida, seria uma prática fútil manter o estado vegetativo do paciente por meios artificiais”.

Já no hinduísmo, conforme Camata, a eutanásia ativa produz karma negativo no doente e no médico que a pratica, mas, por outro lado, deve-se permitir ao doente a morte em paz, já que a vida mantida artificial ou mecanicamente é de pouco valor.

O senador também menciona o budismo, que também não aceita a eutanásia ativa, mas não exclui a intervenção médica para aliviar a dor, embora impedindo a administração de doses letais.